

Mudança atingirá novo servidor

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A proposta do governo para a revisão constitucional prevê mudanças no sistema de estabilidade do servidor público, mas essas alterações somente serão válidas para os funcionários que ingressarem no serviço público depois de aprovado o novo texto da Constituição, informou ontem um importante parlamentar governista, com trânsito no Palácio do Planalto. Na avaliação desse político,

o governo Itamar Franco não repetirá o erro do governo Collor, que encarou a reforma da máquina administrativa como peça do ajuste fiscal.

"Não se vai mexer na estabilidade para resolver problema de caixa do governo, mas para modernizar e dar eficiência ao Estado."

Definido o princípio para a mudança do sistema de estabilidade, a proposta do governo pretende especificar os cargos administrativos que contarão com esse benefício. "Não faz

sentido dar estabilidade para um contínuo ou motorista de ministério", lembrou a fonte. "Mas um fiscal da Receita Federal ou um auditor do Tesouro Nacional precisa ser protegido por esse instrumento." Uma idéia do líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), é tratar a questão da estabilidade junto com o direito de greve. Na opinião de Simon, os funcionários com direito à estabilidade não poderiam fazer greve.

SALÁRIO DEVERÁ SER MENOR PARA O INATIVO

Inativos — O governo vai propor também, durante a revisão constitucional, que os servidores inativos da União não recebam os mesmos salários dos funcionários ativos. Atualmente, alguns recebem

até mais que servidores da ativa. Mas, sobre essa questão, não existe consenso dentro do governo. Os técnicos da Fazenda defendem a tese de que o salário do funcionário público aposentado não deve ultrapassar 80% do salário dos ativos. Mas a área política tem outro entendimento.